



Manifesto com mais de três mil signatários — entre ministros aposentados do STF, banqueiros, empresários e artistas — condena a “incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional”, em recado a Bolsonaro

Frente ampla em defesa da democracia

» LUANA PATRIOLINO
» JOÃO GABRIEL FREITAS*

Em meio ao acirramento dos ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao sistema eleitoral, banqueiros, empresários, artistas e ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal (STF) aderiram a um manifesto em defesa de democracia e das eleições. Os signatários do documento não citam nominalmente o chefe do Executivo, mas apontam a existência de um “imenso perigo para a normalidade democrática”.

A “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”, trata de “infundadas” declarações que questionam a lisura e a credibilidade das urnas eletrônicas.

“Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o Estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais Poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional”, diz o texto.

Segundo a carta, a sociedade passa “por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições”.

O documento destaca, ainda, que o sistema de votação brasileiro é exemplo para o resto do mundo e que não há registro de fraudes. “Nossas eleições com o processo eletrônico de apuração têm servido de exemplo no mundo. Tivemos várias alternâncias de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. As urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como a Justiça Eleitoral.”

O manifesto foi escrito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)

e já conta com mais de três mil assinaturas — entre as quais as de ministros aposentados do STF, como Carlos Ayres Brito, Marco Aurélio Mello, Sydney Sanches e Ellen Gracie. O lançamento do ato pró-democracia está marcado para 11 de agosto, no Largo do São Francisco, em São Paulo.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) não assinou a carta da USP, mas afirmou que apoiará qualquer ato em defesa do Estado democrático de direito. A entidade deve divulgar, até sexta-feira, seu próprio manifesto. O documento é articulado pelo presidente da instituição, Josué Gomes da Silva, que consultou um colegiado de dezenas de diretores da entidade, majoritariamente favoráveis à publicação do documento.

Celso de Mello

O ministro aposentado do STF Celso de Mello é um dos signatários da carta gestada na USP. Ele foi convidado a ler o manifesto no ato, se disse honrado, mas declinou sob a justificativa de problemas de saúde.

Na carta que enviou ao ex-procurador-geral de Justiça de São Paulo Luiz Marrey, na qual recusou o convite, Celso de Mello criticou duramente Bolsonaro. Classificou o presidente de “mediocre” e “menor” e disse que o chefe do Executivo tem “aversão à democracia”.

“Bolsonaro, além de sua distorcida visão de mundo, sustentada e exposta por quem ele realmente é, desnuda-se ante a nação como um político mediocre e que, além de possuir desprezível espírito autocrático, também expôs-se, em plenitude, em sua conduta governamental, como a triste figura de um presidente menor, sem noção dos limites éticos e constitucionais que devem pautar a conduta de um verdadeiro chefe de Estado, capaz

Nelson Jr./SCO/STF



Signatário da carta, Celso de Mello chamou Bolsonaro de “mediocre” e “presidente menor”



Estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições”

Trecho do manifesto

de respeitar a autoridade suprema da Constituição da República”, enfatizou.

De acordo com ele, “torna-se importante, por tal razão, que aqueles que respeitam a institucionalidade e que prestam fiel reverência à nossa Constituição reajam — e reajam sempre com apoio e sob o amparo da Lei Fundamental do Brasil — às sórdidas manobras golpistas, às sombrias conspirações autocráticas e às inaceitáveis tentações pretorianas de submeter o nosso país a um novo e ominoso”.

Vingança pelo Pix

O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, reagiu à iniciativa de banqueiros de assinar o manifesto. Ele relacionou a adesão a uma suposta perda do setor, na

ordem de R\$ 40 bilhões, devido à implantação do Pix.

“Presidente Jair Bolsonaro, sabe por que os banqueiros hoje podem assinar cartas, inclusive contra o presidente da República, ao invés de se caírem com medo nos congelamentos de câmbio do passado? Então, presidente, se o senhor faz alguém perder 40 bilhões por ano para beneficiar os brasileiros, não surpreende que o prejudicado assine manifesto contra o senhor”, escreveu no Twitter. “Mas os beneficiários, presidente, as dezenas de milhões de beneficiários do Pix vão assinar o manifesto deles também, no dia da eleição, apoiando o seu nome.”

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Fachin: ações contra violência

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, disse que a Justiça não vai aceitar violência política e desinformação durante o pleito deste ano. Em reunião com juristas, ontem, o magistrado também ressaltou que a Corte está preparada para combater as adversidades.

“Não toleraremos violência eleitoral, subtipo da violência política. A Justiça Eleitoral não medirá esforços para agir, a fim de coibir a violência como arma política e enfrentar a desinformação como prática do caos”, frisou.

Segundo Fachin, “o TSE não está só, porquanto a sociedade não tolera o negacionismo eleitoral”. Ele destacou, ainda, que não há registro de fraude nas eleições brasileiras. “O ataque às urnas eletrônicas como pretexto para se brandir cólera não induzirá o país a erro. Há 90 anos, criamos a Justiça Eleitoral para que ela conduzisse eleições íntegras, e o Brasil confia na sua Justiça”.

O ministro reiterou que o tribunal terá atuação rigorosa durante as eleições. “Amarrada à Constituição e à institucionalidade, qual *Ulisses*, de Homero, a Justiça Eleitoral não se fascina pelo canto das sereias do autoritarismo, não se abala às ameaças e intimidações”, disse. De acordo com Fachin, é preciso “obstar que um grande ocoço novamente se abata sobre o Brasil”.

O magistrado não citou nominalmente o presidente Jair Bolsonaro (PL), mas as declarações foram interpretadas como um recado direto ao chefe do Executivo, que insiste em atacar o sistema eleitoral e os ministros da Corte e do Supremo Tribunal Federal (STF). (LP)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Fracasso do Novo reflete o colapso do neoliberalismo

Candidato do Novo, Felipe d’Ávila até agora não emplacou. Na última pesquisa do Ipspe, registrou 1% de intenções de votos. Com 58 anos, nascido em São Paulo, é cientista político, mestre em administração pública pela Universidade de Harvard. Fundou, em 2008, o Centro de Liderança Pública, uma organização sem fins lucrativos dedicada à formação de líderes políticos. Com 10 livros publicados, é o candidato da chamada “nova política”, mas não consegue sensibilizar os eleitores.

O Novo é um projeto político que antecedeu as manifestações de junho de 2013, uma explosão de insatisfeitos de todos os matizes, contra o governo Dilma Rousseff. Com a reeleição da petista, a movimentação espontânea foi sendo direcionada para a campanha do impeachment dela. Nesse processo, surgiram vários movimentos cívicos; a turma do Novo, porém, desde o primeiro momento, apostou na formação de um

partido ideológico, sem concessões ao pragmatismo político. A política do Novo é o neoliberalismo.

A grande façanha do Novo em 2018, quando elegeu oito deputados federais e 12 deputados estaduais, foi a eleição do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que lidera as pesquisas sobre o pleito para o governo do estado como candidato à reeleição. Entretanto, não existe transferência de votos para Fernando d’Ávila em Minas. Com palanque aberto, Zema enfrenta o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, aliado do ex-presidente Lula, que lidera as pesquisas para a Presidência em Minas. O governador mineiro trafega nas bases de Bolsonaro, mas mantém um posicionamento independente.

O Novo foi o único partido que votou contra a chamada PEC das eleições, que aprovou o Auxílio Brasil e os subsídios para caminhoneiros e taxistas. Mantém sua coerência em relação

aos princípios e valores que levaram à fundação da legenda, a ponto de devolver os recursos dos fundos partidário e eleitoral. Essas bandeiras vão ao encontro do cidadão comum que tem ojeriza à política e aos políticos, mas não têm apelo eleitoral até agora.

A abertura econômica está entre as principais propostas de d’Ávila, que chove no molhado: “O Brasil precisa de um presidente capaz de vencer esse populismo que nos deixou com estagnação econômica há 20 anos, recorde de desemprego, aumento da miséria. A abertura econômica do Brasil é fundamental. Nenhum país do mundo ficou rico mantendo a sua economia fechada”. O candidato do Novo defende a “conciliação” do agronegócio com o meio ambiente, a descentralização do poder e o empoderamento do cidadão por meio da digitalização do governo. E empunha a bandeira da “pacificação”, ao criticar a polarização entre

o ex-presidente Lula e o presidente Bolsonaro.

Quatro décadas

O discurso envelheceu. O neoliberalismo está sendo responsabilizado pelo aumento das desigualdades no mundo e das baixas taxas de crescimento. Segundo o economista Joseph Stiglitz, Nobel de Economia, a diminuição simultânea da confiança no neoliberalismo e na democracia não é coincidência, nem mera correlação. “O neoliberalismo minou a democracia durante 40 anos. A forma de globalização prescrita pelo neoliberalismo deixou indivíduos e sociedades inteiras incapazes de controlar uma parte importante de seu próprio destino”, argumenta.

Segundo Stiglitz, o sistema capitalista precisa ser reformado, porque fomenta um crescimento de desigualdades, destruição do meio ambiente, polarização

de nossas sociedades e um permanente descontentamento, que não podem ser negados. “Precisamos de um novo contrato social, que espalhe solidariedade em nossas sociedades e pelas gerações. Isso significa um papel diferente para os governos, menos ajuda para as empresas e mais ajuda aos cidadãos que necessitam, impostos progressivos e, acima de tudo, reescrever as regras da economia”, argumenta o economista.

Esse cenário é corroborado até pela diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, segundo a qual o “o capitalismo está fazendo mais mal do que bem”. O FMI fala em “cultura da solidariedade” e “globalização da esperança”. Também fala em melhorar os sistemas globais do comércio, de controlar os fluxos de capitais pelos danos que podem causar e sobre a sustentabilidade da dívida. Trocando em miúdos, o projeto de d’Ávila está descolado da realidade do Brasil e do mundo.